

# DESIGN DE INTERAÇÃO FEMINISTA NO APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: Análise da experiência e da interface do website “Mapa do Acolhimento”

*FEMINIST INTERACTION DESIGN IN SUPPORT OF GENDER-BASED VIOLENCE VICTIMS: Analysis of the experience and interface of the “Mapa do Acolhimento” website*

SANTOS, Amandha Roberta de Lima; Graduanda; UTFPR-CT Curitiba

amandha@alunos.utfpr.edu.br

SILVA, Claudia Bordin Rodrigues da; Doutora; UTFPR-CT Curitiba

cbsilva@professores.utfpr.edu.br

## Resumo

Exploramos uma análise crítica das interfaces e interações em *websites* e aplicativos voltados para vítimas de violência de gênero, destacando a perspectiva feminista em Design de Interação e Interação Humano Computador (IHC). Utilizando conceitos da Terceira Onda da IHC e abordagens semióticas, propomos uma matriz de categorias de análise sensíveis à acessibilidade e inclusão em uma perspectiva feminista. A análise se aprofunda no *website* "Mapa do Acolhimento", visando criar uma metodologia inclusiva e feminista para o design de interação em interfaces digitais. Debates sobre a normatividade nas interfaces digitais, desafiando padrões estabelecidos e promovendo uma abordagem inclusiva e crítica, fundamental para apoiar todas as vítimas de violência sem discriminação.

**Palavras Chave:** Design de Interação; Violência; Gênero e Feminismo.

## Abstract

*We investigate a critical analysis of interfaces and interactions in websites and applications aimed at victims of gender-based violence, emphasizing the feminist perspective of Interaction Design and Human-Computer Interaction (HCI). Utilizing concepts from the Third Wave of HCI and semiotic approaches, we propose a matrix of analysis categories sensitive to accessibility and inclusion in a feminist perspective. The analysis delves into the "Mapa do Acolhimento" website, aiming to experiment an inclusive and feminist methodology for interaction design in digital interfaces. We discuss the normativity in digital interfaces, challenging established standards and promoting an inclusive and critical approach, crucial for supporting all victims of violence without discrimination.*

**Keywords:** Interaction Design; Violence; Gender, and Feminism.

## Apresentação

Este artigo está inserido em um estudo mais detalhado<sup>1</sup> sobre o qual discutimos as perspectivas críticas de análise das interfaces e interações de *websites* e aplicativos, em especial de *websites*, entendidos como canais de comunicação digital, direcionados a situações de violência de gênero. Essa pesquisa aborda as possibilidades de análise a partir das discussões recentes com relação a Terceira Onda da Interação Humano Computador (BODKER, 2006); (BODKER, 2015); (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013), em especial àquelas interessadas em uma IHC feminista (BARDZELL, 2009, 2010), e as perspectivas recentes sobre as teorias feministas no Design, para uma discussão acerca de um Design de Interação feminista. Procurou-se também articular os estudos da comunicação visual, em especial a semiótica da imagem (JOLY, 1996), como modo de análise dos elementos gráficos, criando-se, assim, uma matriz de categorias de análise de interfaces e interações sensíveis às questões de acessibilidade e inclusão.

Examinamos a importância do Design de Interação e sua aplicação em plataformas digitais voltadas para vítimas de violência de gênero, por meio de uma perspectiva feminista da Interação Humano-Computador (IHC), conforme Bardzell (2010), e utilizando a semiótica de Martine Joly (1996), questionamos a possibilidade de uma análise crítica, para além das categorias tradicionais de usabilidade e acessibilidade.

Articulamos a matriz de análise para o website “Mapa do Acolhimento”, plataforma que busca acolher de forma jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência, buscando criar uma metodologia inclusiva para análise de interfaces digitais, garantindo assim que no contexto da violência contra a mulher, as vítimas tenham acesso claro a informações sobre denúncia, apoio e acolhimento, sem discriminação.

Por fim, trazemos as considerações finais sobre a perspectiva feminista na análise das experiências e interfaces digitais. Analisamos a necessidade de discutir as normatividades na acessibilidade e a partir disso, novos modos de projetar experiências e interfaces que promovam inclusão.

---

<sup>1</sup> Esse artigo retrata de forma parcial os estudos realizados em Trabalho de Conclusão de Curso de mesmo tema, pelas autoras, no Curso de Tecnologia em Design Gráfico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. UTFPR-CT Curitiba.

## O contexto dos websites sobre Violência de Gênero no Brasil

A violência de gênero pode ser definida como qualquer tipo de agressão, seja física, psicológica, sexual ou simbólica, motivadas pela identidade de gênero ou orientação sexual. Como um problema de ordem social, a violência de gênero afeta a todos, mas principalmente as mulheres.

Em 2022, 35 mulheres foram agredidas de forma física ou verbal por minuto no Brasil. Além disso, um total de 21,5 milhões já sofreu algum tipo de violência ou agressão em algum momento de suas vidas, sendo que 45% delas não buscou ajuda após o episódio mais grave de violência, segundo dados da FBSP e Datafolha em 2023 (VISÍVEL E INVISÍVEL, 2023). A violência contra a mulher é um problema que envolve questões de ordem econômica, política e cultural que determinam modos como ela ocorre e é perpetuada na sociedade.

Como elemento de organização social, a comunicação digital e as redes negociam significados, sendo dependentes das relações de compartilhamento e comunicação, conforme aponta Carpes (2011). Essas redes também se articulam na disseminação de informações e exercem influência cultural. Nesse sentido, *websites* desempenham papéis diversos e cruciais no combate à violência de gênero, seja pelo caráter da conscientização, mobilização e educação. Como plataformas de informação, por exemplo, as ONGs e grupos da sociedade civil, assim como canais de comunicação do Estado, podem atuar na disseminação de informações que podem desestigmatizar o problema e aumentar a conscientização pública. Além disso, podem agir na mobilização coletiva, junto a outros atores sociais na rede, causando efeitos quanto à divulgação (*Exposure Effect*), como nos aponta Gerbner, sobre as ações das mídias de massa (2011).

Não há um número exato de *websites* que tratam sobre violência de gênero no Brasil, entretanto, existem diversas plataformas mantidas por ONGs, instituições governamentais, universidades e grupos de ativismo, refletindo a importância e a urgência da discussão. Alguns exemplos incluem a UNESCO e ONU, projetos acadêmicos e outros de iniciativas privadas. Como exemplos desse contexto, apresentamos aqui em recorte a descrição de três plataformas digitais, pela diversidade de alcances e discursos no contexto social: o contexto do entretenimento ou da cultura de massa; o contexto governamental/sociedade civil e o contexto regional local<sup>2</sup>. Embora diferentes em suas finalidades, os *websites Wanna Talk About it*<sup>3</sup> da plataforma Netflix, do Instituto Maria da Penha e do Programa Mulher Segura Paraná desempenham papéis complementares,

---

<sup>2</sup> Consideramos como contexto local o estado do Paraná.

<sup>3</sup> Encontrado em <https://www.wannatalkaboutit.com/br/>. Acessado em Agosto de 2024.

como canais comunicativos de apoio à luta contra a violência às mulheres e mostram alguns aspectos discursivos visuais e de experiência a ilustrar as discussões sobre interações e interfaces.

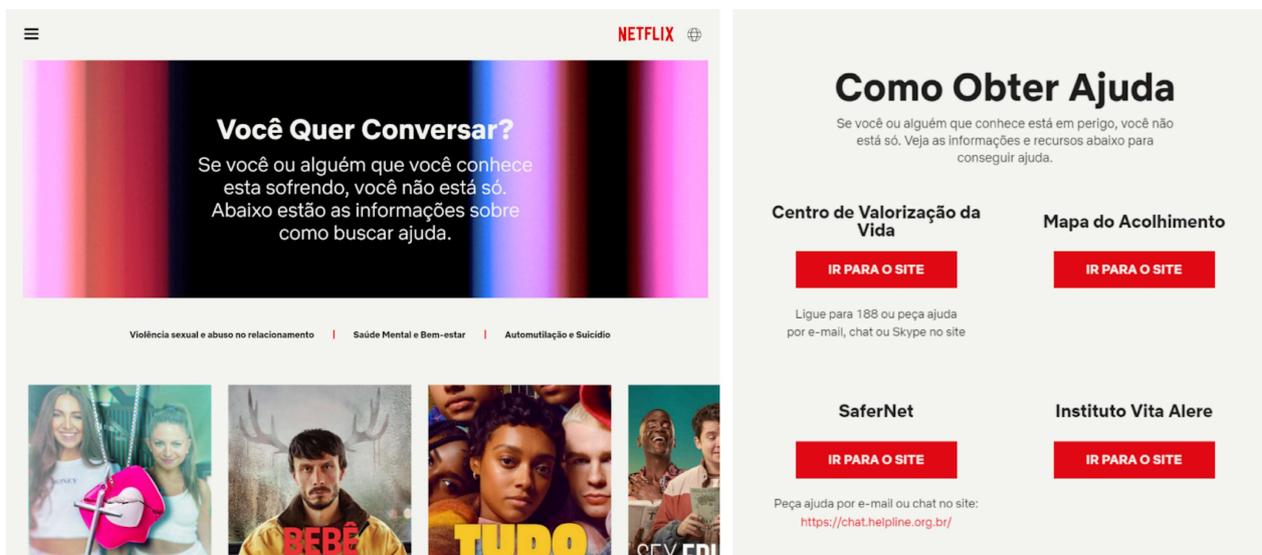
O primeiro exemplo é da plataforma de *streaming* Netflix, atuando a partir da conscientização por meio de entretenimento e documentários. Embora não seja um produto do contexto brasileiro, a Netflix contava em 2023 com mais de 50 milhões de assinantes brasileiros, superando outros serviços de *streaming* como Globoplay e Amazon Prime Video (TECNOBLOG, 2023). No catálogo sobre temas sensíveis e violência de gênero brasileiros, as obras "Medusa" (2021), "O Silêncio do Céu" (2016) e "Bom Dia, Verônica" (2020) são alguns itens que evidenciam o debate, frente a inúmeros outros internacionais.

O *website* promove, ao final de algum conteúdo sensível, uma mensagem que direciona os espectadores para o *website* "Wanna Talk About It". Segundo a diretora de conteúdo, Bela Balaria (2020), o *website* discute violência sexual, maus-tratos, saúde mental, bem-estar emocional, automutilação, suicídio e complementa filmes e séries ao oferecer informações, vídeos, guias para recursos e linhas de apoio de entidades sem fins lucrativos. A diretora ainda reforça que

O cinema e a televisão podem ter um grande impacto nas pessoas e, inclusivamente, serem ponto de partida para conversas sobre temas delicados, como a saúde mental, a orientação sexual ou a violência sexual. É por isso que os criadores e a Netflix consultam especialistas independentes para garantir que as nossas histórias são autênticas, bem como para oferecer apoio aos nossos membros que precisem de ajuda (Balaria, 2020).

Na descrição inicial da plataforma "Wanna Talk About It" nota-se uma interface organizada e hierárquica, com *layout* que facilita a navegação e tipografia legível (Figura 1). Ela valoriza o texto inicial e os três principais tópicos de abordagem: Violência Sexual e Abuso no Relacionamento, Saúde Mental e Bem-estar, e Automutilação e Suicídio. Além de destacar seus conteúdos que trazem as narrativas de violência, complementados pelo menu "Como Obter Ajuda" que dispõe de links para o Centro de Valorização da Vida (CVV), Mapa do Acolhimento, SaferNet, e Instituto Vita Alere. Nesse sentido, a possibilidade de identificar-se com a violência e receber instruções de como denunciar ou opções para um diálogo sensível, é um caminho para a discussão de uma cultura popular feminista, como nos afirma Angela McRobbie (2009), quanto às produções do cinema e da TV.

Figura 1. Telas do Website “Wanna Talk About It”, produto da Netflix



Fonte: Wanna Talk About It (2024)

Outro canal de importante relevância política e simbólica no contexto brasileiro é o Instituto Maria da Penha (IMP), uma organização não-governamental sem fins lucrativos (ONG) cujo objetivo é o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, que faz o uso da rede social Instagram e também de um *website* próprio. O IMP realiza ações sociais para melhorar a qualidade de vida das mulheres, combate à indiferença e a banalização das questões de gênero, conscientiza sobre a cultura de gênero e a violência sexista, e promove o debate para assegurar direitos como cidadania, justiça, trabalho, emprego e renda para mulheres e suas famílias. O Instituto também estimula e contribui para a aplicação integral da Lei Maria da Penha<sup>4</sup>, monitorando a implementação e o desenvolvimento das melhores práticas e políticas públicas para seu cumprimento, visando a construção de uma sociedade livre de violência doméstica e familiar contra a mulher.

As comunicações digitais apresentam aspectos descritivos, narrativos e documentais, oferecendo informações gerais sobre legislação e possibilidades de denúncia. Entretanto, não oferecem canais ou meios de interação social que permitam outros modos de acesso a uma orientação específica dos casos.

Na descrição inicial do *website* do Instituto Maria da Penha, nota-se que ele foi projetado com o objetivo claro de ser sóbrio e informativo, concentrando-se na divulgação de seus projetos,

<sup>4</sup> Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

atividades e informações relacionadas à violência e à denúncia conforme a Lei Maria da Penha (Figura 2). Apesar da abundância de informações disponíveis, o site é organizado em seções bem definidas, facilitando a localização de detalhes específicos sobre projetos, campanhas, notícias e demais informações. Há imagens de mulheres diversas que são utilizadas com o intuito de transmitir mensagens positivas e de empoderamento, alinhadas à missão do Instituto e ao tom de voz da organização, reforçando elementos de representatividade racial, étnica, etária e social, além da imagem da própria Maria da Penha, símbolo da luta pelos direitos das mulheres, cuja história de sobrevivência a uma tentativa de feminicídio inspirou a criação da lei que leva seu nome no Brasil.

Figura 2 Telas iniciais do *website* do Instituto Maria da Penha



Fonte: Instituto Maria da Penha (2024)

Por fim, como recorte regional dessa pesquisa, o Programa Mulher Segura Paraná apresenta um *website* (figura 3) e rede social de apoio às ações da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SSP-PR), com o objetivo de fortalecer o combate à violência doméstica e feminicídio no Estado. Atua por meio de palestras que incentivam o empoderamento feminino e reforçam os direitos das mulheres, além de oficinas que incluem defesa pessoal, primeiros socorros, entre outros (SSP-PR, 2023).

O Programa é uma forte iniciativa no mundo *offline*, gerou editoriais e outros materiais gráficos, como a “Cartilha Mulher Segura Paraná”, que orientam sobre os tipos de violência, os cuidados a se ter com os crimes na internet, como identificar ações abusivas e outros temas relevantes as mulheres. Apesar de se tratar de uma iniciativa governamental atuante nas esferas policiais e jurídicas de enfrentamento, observa-se uma significativa falta de presença *online*, dificultando a localização e divulgação desta iniciativa e dos materiais por ela gerados, como a

cartilha, nos meios de comunicação digitais. Em outras palavras, do ponto de vista digital, a disseminação da informação é ineficiente.

**Figura 3.** Página do Programa Mulher Segura Paraná e Capa da Cartilha para download



Fonte: SSP-PR (2024)

Cada um dos meios de comunicação digitais citados, traz consigo uma realidade dos contextos locais, modos de atuação e alcances comunicativos e informativos. Em comparação, o Instituto Maria da Penha (IMP) e o projeto Mulher Segura Paraná desempenham papéis mais específicos e focados no combate à violência de gênero. Enquanto a *Wanna Talk About It* da Netflix tem um alcance massivo e potencial para incluir conteúdos sobre violência de gênero em sua programação para sensibilizar um público amplo. Quanto aos aspectos de design, o *website* "*Wanna Talk About It*" se destaca pelo design moderno e interativo, enquanto o "Instituto Maria da Penha" e "Mulher Segura Paraná" têm um foco mais funcional. Quanto à navegação, enquanto "*Wanna Talk About It*" oferece uma experiência mais fluida e amigável para jovens, os outros são mais utilitários. Já quanto aos recursos, o "Instituto Maria da Penha" é mais abrangente em termos de recursos educativos e suporte jurídico/psicológico, enquanto "Mulher Segura Paraná" se concentra em ferramentas práticas de segurança e emergência. Quanto à acessibilidade, o "Instituto Maria da Penha" oferece melhores recursos, seguidos por "Mulher Segura Paraná", enquanto o "*Wanna Talk About It*" pode variar dependendo da integração de tecnologia assistiva (plugin de navegador para linguagem de sinais - VLibras).

Entendemos como aspectos primordiais de uma comunicação efetiva e acessível, características do design, como a legibilidade, hierarquia visual, simplicidade e consistência.

Entretanto, o design não se trata apenas de estética, mas também de criar uma conexão significativa entre o conteúdo e o espectador (LUPTON, 2017). Nessa perspectiva, o Design pode ser um facilitador para tornar a informação acessível e compreensível para todos, em especial, as mulheres em situações de violência de gênero, nos meios digitais. Isso inclui garantir a coerência entre os discursos narrativos e visuais e criar canais digitais de informação e interação que sejam acessíveis e intuitivos para as pessoas.

Dessa forma, discutiremos caminhos e olhares para as possibilidades que o design pode contribuir na criação de experiências e interfaces digitais voltadas para esse tipo de comunicação.

### **Design de Interação e feminismo - aspectos de acessibilidade e inclusão em *websites***

Em uma sociedade cada vez mais digitalizada, o design de interação tem se consolidado como uma disciplina fundamental para o desenvolvimento de experiências de usuário que sejam intuitivas, eficientes e agradáveis. No entanto, apesar dos avanços tecnológicos e metodológicos, muitas vezes as soluções de design ainda refletem e perpetuam desigualdades sociais, especialmente em relação a gênero, raça, classe social e outras dimensões de identidade. Nesse cenário, o feminismo oferece uma perspectiva crítica e transformadora, questionando as normas estabelecidas e propondo abordagens inclusivas e acessíveis.

O Design de Interação é a prática de projetar produtos e serviços interativos que facilitam a comunicação e a interação das pessoas no dia a dia (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013). Este campo busca criar experiências que aprimorem e ampliem a forma como as pessoas se comunicam e interagem. Além disso, quando orientado a usabilidade e a acessibilidade, deve garantir acessos independentemente das habilidades ou limitações das pessoas (NORMAN, 2008).

Outro aspecto é a inclusão, assegurando que as tecnologias projetadas não perpetuem desigualdades ou marginalizem grupos específicos, mas promovam a equidade e a participação. O conceito de inclusão visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, mentais, sociais ou culturais, tenham oportunidades iguais de participar plenamente na sociedade (DINIZ, 2007).

No contexto da violência contra a mulher, é essencial que a inclusão e a acessibilidade garantam que todas as vítimas tenham acesso claro a informações sobre procedimentos de denúncia, apoio e acolhimento, sem discriminação por raça, etnia, classe social ou outras características pessoais.

O Design de Interação Feminista busca desconstruir as práticas tradicionais que frequentemente marginalizam grupos historicamente oprimidos, propondo soluções que considerem a diversidade e promovam a equidade. Um aspecto crucial dessa abordagem é a acessibilidade, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, cognitivas ou sensoriais, possam utilizar e se beneficiar dos serviços digitais. A inclusão envolve a criação de ambientes e experiências que acolham e respeitem a diversidade de identidades e necessidades dos usuários.

Para Bardzell (2009), a terceira onda da Interação Humano-Computador (IHC) está cada vez mais preocupada com questões culturais e sociais, indo além das tradicionais métricas de usabilidade como desempenho, utilidade e satisfação com o sistema. Nessa perspectiva, a IHC feminista é a integração das teorias feministas, uma aliada do design de interação, nas práticas de Interação Humano-Computador (Bardzell, 2010). Essa abordagem levanta questões sobre como as relações de gênero podem influenciar o uso e a interação com as tecnologias e como evitar a marginalização de mulheres e outros grupos. Dessa forma, Bardzell (2010) propõe seis categorias para avaliar as tecnologias existentes e guiar a construção de novas tecnologias:

Pluralismo: Desnaturalizar convenções universais e trabalhar com a diversidade.

Participação: Utilizar técnicas de design participativo e práticas similares para criar um processo de criação inclusivo.

Ativismo: Buscar soluções de design progressistas e evitar perpetuar práticas opressoras.

Ecologia: Produzir tecnologias que incorporem valores feministas, em vez de criar tecnologias especificamente para mulheres.

Personificação: Desenvolver tecnologias focadas nas pessoas, sem excluir o gênero do processo.

Posicionamento: Tornar o usuário consciente do funcionamento do sistema.

Essas categorias buscam assegurar que as práticas de design e desenvolvimento tecnológico reconheçam e promovam a equidade de gênero, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Integrando perspectivas feministas na IHC, podemos criar tecnologias que melhor atendam às necessidades de uma população diversa. Por exemplo, essas categorias podem ser aplicadas em uma plataforma de acolhimento voltada para mulheres, garantindo que o design seja sensível e relevante para esse público.

Como resultado de uma discussão sobre uma agenda para os estudos heurísticos de análise de interface a partir da perspectiva de uma Interação Humano-Computador (IHC) feminista de

Bardzell (2010), o trabalho de conclusão de Camila Aguiar (2022) contribui para os estudos da usabilidade e da acessibilidade *web*, ao propor um conjunto de cinco categorias para análise: linguagem; diversidade; usabilidade; acessibilidade e inclusão. Essas categorias apresentam as seguintes características:

**Linguagem:** avalia se as palavras e expressões utilizadas são inclusivas e abrangem todos os cidadãos. Considera a linguagem como uma ferramenta para promover a inclusão e a igualdade de gênero, visando evitar limitações e discriminações.

**Diversidade:** avalia se o sistema considera diferenças culturais, étnicas, sociais e regionais, com atenção às camadas marginalizadas da sociedade.

**Usabilidade:** tem o intuito de evitar as soluções universais e complementar os testes de usabilidade com processos participativos, incentivando aos usuários o fornecimento de feedbacks para melhoria do sistema.

**Acessibilidade:** além das normas de acessibilidade habituais, como *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*, busca identificar aspectos excludentes que limitam o acesso das pessoas com deficiência, conforme as categorias da IHC feminista.

**Inclusão:** analisa se o sistema foi projetado para considerar variáveis como conectividade, qualidade de *hardware* e *software*, e acesso *offline*. Essa categoria é importante porque sistemas que exigem alta qualidade de internet e *hardware* excluem pessoas de classes sociais menos favorecidas.

Essas categorias visam criar sistemas de interação que atendam não apenas aos padrões técnicos de usabilidade e acessibilidade, mas também promovam a equidade e a inclusão social e diversa. Ao incorporar esses critérios, o trabalho de Camila Aguiar (2022) contribui para o desenvolvimento de tecnologias mais justas e acessíveis, refletindo a preocupação do direito de todas as pessoas ao acesso à informação .

Do ponto de vista da comunicação visual, o Design de Interface, dentro do campo do Design de Interação, concentra-se na criação e estruturação dos elementos visuais e funcionais que facilitam a interação entre pessoas e sistemas digitais. Esses elementos buscam tornar a experiência visualmente agradável e funcionalmente eficiente, garantindo que a interface seja intuitiva e acessível. Essa prática visa compreender as necessidades dos usuários e definir elementos interativos na interface gráfica do usuário, promovendo uma interação mais fluida e eficaz com a tecnologia digital (BORTOLÁS; VIEIRA, 2013).

No design de serviços, a aplicação de princípios feministas e de acessibilidade é ainda mais relevante, pois esses serviços impactam diretamente a vida cotidiana das pessoas. Desde o acesso a informações e recursos essenciais até a interação com sistemas de saúde, educação e transporte, é imperativo que os serviços sejam projetados para incluir todas as vozes e necessidades. A perspectiva feminista no design de serviços promove a justiça social e resulta em soluções mais robustas e eficazes, ao considerar um espectro mais amplo de experiências e expectativas das pessoas.

Igualmente relevante para o estudo da interface e das interações, os estudos da comunicação podem contribuir para categorias relevantes na análise de interfaces digitais de *websites* e aplicativos, como nos propõe o trabalho de Sofia Silva (2020). A autora utiliza as categorias semióticas globais de Martine Joly, de modo a estabelecer uma relação entre essas categorias visuais e os elementos de interface gráfica de campanhas.

De acordo com Martine Joly (1996), a significação global de uma mensagem visual é formada pela interação de três tipos de signos: os plásticos, os icônicos e os linguísticos. Os signos plásticos incluem cores, formas, linhas, texturas e a própria composição interna da imagem. Os signos icônicos correspondem às figuras que reconhecemos pela semelhança visual com o que representam. Os signos linguísticos referem-se à linguagem verbal. Para a análise de imagens, Joly (1996) propõe os seguintes passos:

1. Identificar os tipos de significantes plásticos, icônicos e linguísticos presentes na imagem.
2. Associar a cada um desses significantes os significados que evocam por convenção ou hábito.
3. Examinar a interação entre os diferentes tipos de signos e os significados que emergem dessa interação.
4. Criar uma versão verossímil da mensagem implícita na imagem, relacionando os diversos significados que podem ser atribuídos a ela.

A integração das perspectivas feministas nas práticas de Design de Interação não apenas promove a equidade de gênero, mas também enriquece o processo de design, resultando em tecnologias que são mais inclusivas e representativas das diversas experiências e necessidades das pessoas. Com base no design de interação sob uma ótica feminista, apoiada pela IHC de Bardzell (2010) e pelas heurísticas propostas por Aguiar (2022), além da análise semiótica descrita por Joly

(1996), perguntamos: é possível criar uma metodologia com novas categorias para a análise de interface gráfica com uma perspectiva feminista?

### **Análise do *Website* Mapa do Acolhimento**

A partir dos trabalhos realizados por Bardzell (2010) e Aguiar (2022) na área de IHC sob uma perspectiva feminista e de Joly (1996) no campo da semiótica da imagem, criamos uma tabela para analisar os *websites* considerando os seguintes aspectos: Visual, Linguagem e Comunicação, Usabilidade e Acessibilidade, Ética e Responsabilidade Social, Diversidade e Inclusão. Essa análise articula-se para o que aqui chamamos de *Design de Interação Feminista* e como suas melhores práticas, além de discutir as questões de inclusão e acessibilidade através de elementos da interface e interação, a busca por temas de relevância e impacto na vida das pessoas.

Na categoria Visual, analisa-se a interface sob a perspectiva gráfica, enfocando como elementos visuais como cores, formas, texturas, tipografias, imagens, iconografias e simbologias influenciam a experiência das pessoas. Em contrapartida, na categoria Linguagem e Comunicação, são considerados o conteúdo textual e os aspectos de acessibilidade relacionados. Já a Usabilidade e Acessibilidade englobam a forma como a interface facilita ou dificulta a inclusão de pessoas, especialmente minorias. Por sua vez, Ética e Responsabilidade Social discutem questões de segurança dos dados inseridos na interface e o impacto social. Por fim, a categoria Diversidade e Inclusão avalia como a interface promove representatividade e igualdade para diferentes grupos de pessoas. As perguntas feitas dentro de cada categoria, que totalizam 32, se encontram na análise a seguir, para facilitar a compreensão das categorias.

Para a aplicação da metodologia de análise comunicacional e de interface, foi escolhida a plataforma "Mapa do Acolhimento", uma organização feminina que oferece suporte integral a mulheres em situação de violência, conectando-as a serviços públicos e a uma rede de psicólogas e advogadas voluntárias.

Na página inicial do "Mapa do Acolhimento" (Figura 4) o *layout* apresenta um menu no topo, um fundo de cor creme com duas mãos se tocando à direita e uma mão segurando um megafone à esquerda. O texto está em roxo, utilizando uma tipografia sem serifa, e fala sobre a motivação e o propósito da iniciativa. Uma seção intitulada "Seja voluntária", que busca mulheres psicólogas e advogadas interessadas em se voluntariar. Em seguida, há uma seção solicitando apoio financeiro para a causa, acompanhada de um texto que aborda o aumento da violência contra mulheres durante a pandemia no Brasil, destacando a violência psicológica sofrida por

muitas que precisaram se isolar com companheiros abusivos. O texto explica que o Mapa do Acolhimento registrou um aumento nos pedidos de ajuda e agora precisa de recursos para continuar operando. Ao final, o rodapé, com um e-mail de contato e um link redirecionando para a página institucional.

Figura 4. Página inicial - Mapa do Acolhimento

Preciso de ajuda | Quero ser voluntária | Doe agora! | Fale conosco

EN

## Mapa do acolhimento

Somos uma organização feita por mulheres e para mulheres.  
Existimos para que as mulheres que procuram ajuda para quebrar o ciclo da violência tenham acesso a um suporte integral e efetivo, seja nos serviços públicos ou por meio de nossa rede de psicólogas e advogadas voluntárias.

Para mulheres cis, trans e travestis de baixa renda em todo o Brasil, a partir de 18 anos.

**PRECISO DE AJUDA**

### Buscamos

### Seja voluntária!

Se você é psicóloga ou advogada, venha ser voluntária no Mapa do Acolhimento! Faça parte da nossa rede e vamos juntas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Atenção aos critérios:

- Atender de forma 100% voluntária
- Ter disponibilidade de médio a longo prazo
- Estar com a inscrição ativa/regular no CRP/OAB
- Estar de acordo com as nossas regulamentações e diretrizes internas

**QUERO SER VOLUNTÁRIA**

### APOIE O MAPA DO ACOLHIMENTO!

Durante a pandemia, 8 mulheres apanharam por minuto no Brasil. A violência psicológica, que não deixa marcas físicas, feriu também a dignidade de muitas que precisaram se isolar com companheiros abusivos no contexto da crise sanitária. Os pedidos de ajuda na plataforma aumentaram - e precisamos de recursos para manter a estrutura do Mapa do Acolhimento sólida e operante para conectar mulheres que precisam de ajuda a voluntárias especializadas.

Estamos presentes nos 27 estados brasileiros e temos uma equipe fixa contratada para garantir o acolhimento rápido e eficaz das mulheres que precisam. Fazemos financiamentos coletivos há alguns anos para manter o projeto ativo mas, com a crise, perdemos muitos de nossos apoiadores mensais. Precisamos de você para manter o Mapa do Acolhimento e apoiar gratuitamente muito mais mulheres. Faça uma contribuição mensal e nos ajude a fortalecer essa rede de solidariedade!

Escolha um valor abaixo para doar:

Doar todo mês | Doação única

RS 20 mês  
RS 60 mês  
RS 120 mês  
RS 300 mês  
RS 1500 mês

**DOAR AGORA**

Após inserir seus dados, você concorda em ter seus dados compartilhados com os organizadores desta página e aceitar receber e-mails de atualização, conforme descrito na [política de privacidade](#). Você pode cancelar o recebimento desses e-mails a qualquer momento.

Ficou com alguma dúvida? Fale conosco em:  
[contato@mapa.org.br](mailto:contato@mapa.org.br)

Mapa do acolhimento

Política de Privacidade

Fonte: Mapa do Acolhimento (2024)

Ao clicarmos no botão "Preciso de Ajuda" ou na opção correspondente na barra de navegação, presente na página inicial, somos redirecionados para a página "Quero ser acolhida" (Figura 5). Esta página apresenta um texto que transmite uma mensagem de apoio e encorajamento para aquelas que estão buscando ajuda. O objetivo é garantir que a mulher se sinta bem-vinda e receba a assistência necessária. Essa página possui uma paleta de cor com os mesmos tons da página inicial, acrescentando-se o rosa. A tipografia sofre uma alteração para os títulos das seções.

**Figura 5** Quero ser acolhida - Mapa do Acolhimento



Fonte: Mapa do Acolhimento (2024)

A plataforma deixa claro que o acolhimento é destinado a mulheres cis, trans e travestis maiores de idade, residentes no Brasil, que tenham sofrido ou estejam sofrendo violência de gênero e que estejam em vulnerabilidade socioeconômica. Esta abordagem sublinha a preocupação com as minorias marginalizadas da sociedade, como mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e indivíduos de baixa renda. A plataforma disponibiliza um documento que detalha os motivos para priorizar esses tipos de acolhimento.

A realidade sobre a violência contra as mulheres no Brasil é epidêmica e culturalmente arraigada nas relações sociais. Assim, também acolhemos mulheres trans e travestis por compreender que a violência baseada no gênero no Brasil não acomete apenas as

mulheres cisgêneras. Nosso país é o primeiro no ranking mundial de assassinatos de mulheres transgêneras e travestis. O Mapa do Acolhimento, embora não seja um projeto especialmente direcionado à população queer, segue o compromisso com a justiça de gênero e acolhe mulheres trans (MAPA DO ACOLHIMENTO, 2024).

Há uma pergunta se a mulher preenche todos os requisitos – mulher cis, trans ou travesti, residente no Brasil, maior de idade e de baixa renda, que sofreu violência de gênero – podendo selecionar “Sim” ou “Não”. Ao selecionarmos “Sim”, somos redirecionados para orientações e um formulário. O processo envolve quatro passos específicos para solicitar e receber assistência psicológica e/ou jurídica.

Após preencher e enviar o formulário, as mulheres recebem um e-mail de confirmação, informando que o sistema começará a busca por profissionais disponíveis para atender ao pedido. Somos informados que receberemos, por e-mail, orientações adicionais e podem ser encaminhadas para uma profissional (psicóloga e/ou advogada), serviços públicos ou para conversar com a assistente social da organização. O último passo instrui o agendamento do atendimento assim que recebermos o contato necessário, seguindo as orientações enviadas por e-mail. O formulário solicita informações sensíveis, como Whatsapp, Bairro, Cidade e Estado, que, embora sejam tratadas pela política de privacidade da instituição, levantam preocupações sobre a confidencialidade dessa interação. Além disso, não há garantia de que a pessoa receberá uma resposta rápida da plataforma, podendo ainda mais fragilizar emocionalmente as mulheres vítimas de violência. Ao preencher o formulário, uma mensagem de confirmação via e-mail é enviada e somos redirecionados para uma página de pesquisa de experiência relacionada a plataforma.

Caso seja escolhida a opção “Não” na pergunta sobre as condições de uso da plataforma, a página redireciona para um “Mapa dos serviços públicos de atendimento às mulheres”, que tem como objetivo não deixar nenhuma mulher desamparada. Nele, são encontradas informações sobre o funcionamento e o endereço dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, tais como delegacias, centros de referência, defensorias, serviços da rede de saúde e assistência (Figura 6).

Figura 6. Quero ser acolhida - Mapa dos serviços - Mapa do Acolhimento



Fonte: Mapa do Acolhimento (2024)

Em relação às categorias de análise, observamos que as cores, formas e texturas adotadas evitam estereótipos de gênero na página inicial, usando tons de creme e roxo, este último simbólico para o feminismo devido ao movimento sufragista. No entanto, o uso do rosa na página “Quero ser acolhida” pode ser lido como problemático, uma vez que colorações como o rosa e o vermelho reforçam o estereótipo de gênero feminino. Iconograficamente, o megafone pode sugerir denúncia, enquanto as mãos se tocando indicam apoio. No centro, há um coração com pontos de costura, um símbolo da organização que pode ser interpretado de forma estereotipada devido à associação histórica de que as mulheres são as pessoas que realizam o trabalho de costura.

Não há ícones relacionados ao mundo offline ou símbolos que ajudem na interpretação das mensagens textuais. A tipografia sem serifa geralmente proporciona boa legibilidade, e as cores usadas têm bom contraste. No entanto, na aplicação atual, a tipografia regular utilizada para o corpo do texto pode comprometer a legibilidade devido à sua espessura, especialmente na versão desktop da página. Esse problema tipográfico não está presente na versão mobile. Ao considerarmos a página “Quero ser acolhida”, há a presença de uma nova tipografia (Figura 7), essa tipografia não traz tanta legibilidade, apresentando confusão de caracteres por se tratar de uma tipografia mais estilizada. Alguns caracteres que nota-se a falta de leitura são o “r” que fica

ilegível e o “t” que pode ser confundido com o “j”, item de especial atenção na acessibilidade tipográfica (LUPTON, 2012).

**Figura 7.** Quero ser acolhida - Tipografia - Mapa do Acolhimento



Fonte: Mapa do Acolhimento (2024)

Os botões têm tamanhos e espaçamentos adequados em ambas as versões. A interface não utiliza imagens de pessoas para avaliação de diversidade cultural e étnica.

O texto é claro e compreensível, explicando de maneira direta e objetiva o propósito da organização, além de especificar claramente para quem o suporte é destinado. Além disso, há outros textos ao longo da página inicial que falam sobre a problemática da violência de gênero e da necessidade de doações para manter a organização. Contudo, os textos utilizados não adotam uma linguagem simplificada uniforme; além disso, estão formatados com combinações de maiúsculas e minúsculas, o que pode dificultar a compreensão para pessoas com diferentes níveis de letramento. A linguagem utilizada se adapta ao contexto das mulheres, utilizando o feminino como regra. A página não possui recursos audiovisuais, apenas elementos visuais que podem ser lidos com o uso de leitor de telas. As informações são de fácil compreensão e organizadas, e a interface é de fácil navegação e intuitiva. Apesar de haver menus que facilitam a navegação, a interface não conta com barra de pesquisa, o que pode dificultar as buscas por tópicos específicos. Não há a possibilidade de personalizar a página, como, por exemplo, trocar o modo de cor para pessoas daltônicas. Não é possível acessar a interface no modo offline e ela depende de uma boa conexão para carregar por completo. Em tese, não há limitação de hardware para acessar a interface, mas esse aspecto não foi testado.

A organização adota políticas de privacidade que definem como as informações das pessoas serão tratadas, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Há uma pesquisa que busca mapear o impacto nas mulheres atendidas, como também dados encontrados na página institucional do Mapa do Acolhimento (2024), relatam que mais de 13 mil pedidos de ajuda foram atendidos através da plataforma, que possui mais de 12 mil voluntárias cadastradas e já mapeou

mais de mil serviços públicos. A interface é desenvolvida pela BONDE, um grupo que visa impulsionar o ativismo brasileiro, dessa forma pode-se afirmar que promove iniciativas para contribuir com a sociedade brasileira.

Não há elementos que possam marginalizar determinados grupos de pessoas. A organização adota uma abordagem feminista e diz ser feita de mulheres para mulheres em seu discurso textual. Ao abordar a violência de gênero e a necessidade do acolhimento das mulheres, promove a igualdade de gênero. De acordo com a página institucional, a interface é desenvolvida de forma diversa, com mulheres de diferentes origens e tons de pele atuantes no projeto.

### Considerações sobre a análise a partir do Design de Interação feminista

Com base na análise das cinco categorias – Visual, Linguagem e Comunicação, Usabilidade e Acessibilidade, Ética e Responsabilidade Social, Diversidade e Inclusão – pode-se concluir que a plataforma é parcialmente adequada, necessitando de poucos ajustes para se enquadrar totalmente em todos os aspectos, conforme resumimos nas figuras 8, 9, 10, 11 e 12.

Figura 8 . Análise categoria visual

	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
CATEGORIA VISUAL	1. As cores, formas ou texturas utilizadas na plataforma reforçam estereótipos de gênero?	1. Sim, reforçam estereótipos de gênero.
	2. A iconografia da plataforma facilita a conexão entre o mundo físico e o mundo online?	2. Não se aplica, não existem ícones.
	3. Existem símbolos visuais que auxiliam na interpretação clara das mensagens transmitidas pela plataforma?	3. Não, não existem símbolos de auxílio.
	4. A tipografia utilizada na plataforma é de fácil leitura e acessível para todas as pessoas?	4. Não, existem problemas de legibilidade da tipografia.
	5. Os ícones e botões são suficientemente grandes e espaçados para facilitar a interação em dispositivos móveis?	5. Sim, os ícones e botões tem tamanho suficiente.
	6. O design visual da plataforma promove a diversidade cultural e étnica, ou pode ser percebido como culturalmente sensível (ex.: imagens de pessoas diversas)?	6. Não se aplica, não há imagens.

Fonte: autoria própria (2024)

Figura 9 Análise categoria linguagem e comunicação

CATEGORIA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
	7. Os textos na plataforma são claros e compreensíveis?	7. Sim, são claros e compreensíveis.
	8. A linguagem utilizada se adapta adequadamente ao contexto do produto digital em que está inserida?	8. Sim, se adapta ao contexto de mulheres.
	9. A linguagem é simples o suficiente para ser compreendida por qualquer pessoa com letramento/alfabetização em níveis diversos?	9. Não, a linguagem não é simples.
	10. A plataforma utiliza recursos como legendas em vídeos ou áudios descritivos ou plugins de interface, para garantir acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva ou visual?	10. Sim, utiliza de recursos áudio descritivos através de leitores de tela.
	11. A linguagem adota uma abordagem de masculino neutro universal ou traz outras opções?	11. Não, traz a adaptação para o feminino.
	12. A linguagem é inclusiva em relação a pessoas com deficiências, evitando termos pejorativos ou estigmatizantes?	12. Sim, é inclusiva.

Fonte: autoria própria (2024)

Figura 10 Análise categoria usabilidade e acessibilidade

CATEGORIA USABILIDADE E ACESSIBILIDADE	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
	13. As informações na plataforma são apresentadas de forma organizada, hierárquica e categorizada, facilitando o uso por todas as pessoas?	13. Sim, são apresentadas de forma organizada.
	14. A plataforma é intuitiva e fácil de navegar?	14. Sim, a plataforma é intuitiva.
	15. A plataforma atende às normas de acessibilidade (WCAG)?	15. Sim, atende as normas da WCAG.
	16. Os recursos de acessibilidade (plugins, textos, libras, personagens) levam em consideração as necessidades específicas ou apenas seguem um padrão neutro de gênero?	16. Não se aplica.
	17. É possível oferecer possibilidades de acesso com conexão limitada ou sem conexão a Internet (ex: versões offline)?	17. Não, não é possível.
	18. Existe um sistema de busca eficiente que ajuda as pessoas a encontrar informações rapidamente?	18. Não, não há sistema de busca.
	19. A navegação da plataforma segue uma estrutura lógica e consistente em todas as páginas e seções?	19. Sim, a estrutura de navegação é lógica
	20. Há opções de personalização de interface que permite às pessoas ajustar a experiência de acordo com suas necessidades específicas?	20. Não, não há opções de personalização.
	21. A plataforma exige especificações de hardware/software que possam limitar o acesso de certas pessoas?	21. Não se aplica. Não foram realizados testes a respeito.

Fonte: autoria própria (2024)

Figura 11. Análise categoria ética e responsabilidade social

CAT. ÉTICA E RESP. SOCIAL	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
	22. A plataforma adota práticas éticas na coleta e uso de dados das pessoas, seguindo regulamentações e normas (LGPD)?	22. Sim, adota.
	23. Existem iniciativas ou parcerias que a plataforma promove para contribuir positivamente para a sociedade?	23. Sim.
	24. A plataforma define claramente como as informações das pessoas serão tratadas?	24. Sim, há uma política de privacidade.
	25. A plataforma fornece um retorno claro sobre as ações realizadas com as pessoas?	25. Sim.

Fonte: autoria própria (2024)

Figura 12 . Análise categoria diversidade e inclusão

CATEGORIA DIVERSIDADE E INCLUSÃO	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
	26. Há elementos na interface que possam marginalizar ou excluir minorias? (Existem evidências sobre as questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, classe, etc)	26. Não, não há elementos que marginalizam.
	27. A interação na plataforma considera as diferentes necessidades e experiências identitárias ou adota uma abordagem universalista?	27. Sim, considera as diferentes necessidades e experiências.
	28. A criação e desenvolvimento da plataforma envolveram mulheres?	28. Sim, envolveram.
	29. Foi especificamente projetada para atender as necessidades das mulheres?	29. Sim, foi projetada para atender mulheres.
	30. A plataforma oferece recursos ou funcionalidades específicas que promovem a inclusão de pessoas com deficiências?	30. Não, não oferece recursos ou funcionalidades.
	31. Existem iniciativas visíveis na plataforma que promovem a igualdade de gênero e a diversidade cultural?	31. Sim, existem iniciativas promovendo a igualdade de gênero.
	32. A equipe de desenvolvimento da plataforma é diversificada em termos de gênero, etnia e background cultural?	32. Sim, a equipe é diversa.

Fonte: autoria própria (2024)

Com base na análise da plataforma tendo como referência as categorias listadas, elaboramos sugestões de melhorias para a Plataforma, para que esta atenda necessidades de acessibilidade e inclusão feminista.

Primeiramente, questionamos o uso dos tons de rosa, se os mesmos podem ser substituídos para que deixem de utilizar tons que reproduzem estereótipos. Recomendamos editar os textos para usar linguagem simples, visando deixá-los acessíveis e fáceis de ler e entender

(FISCHER, 2018; REDE LINGUAGEM SIMPLES BRASIL, 2022; SCHRIVER, 2017). Sugerimos o uso de ícones e símbolos que façam referência ao mundo real e auxiliem na interpretação dos textos. A troca da tipografia, especialmente nos títulos das seções, e o uso de textos em caixa alta também são recomendados. Além disso, sugerimos a otimização do *website* para acesso por qualquer tipo de conexão. Recomendamos também a implementação de um sistema de pesquisa na plataforma para auxiliar as pessoas, bem como disponibilizar plugins que permitam a personalização da plataforma de acordo com as necessidades das pessoas.

Ainda como reflexão sobre a análise, é importante o diálogo com as desenvolvedoras da proposta, através de entrevistas, para que sejam coletados dados qualitativos quanto a implementação das categorias, se essas foram desenvolvidas com o pensamento inclusivo e feminista, ou qual foi o processo para que chegassem a esses resultados. Tal diálogo enriqueceria ainda mais a proposta, mas para esse estudo não foi possível o contato com a equipe por trás da plataforma Mapa do Acolhimento.

### **Reflexões e apontamentos para o futuro**

Em meio ao grave problema social que é a violência de gênero, a comunicação digital emerge como um importante recurso na luta contra essa atrocidade e não apenas pode, mas deve, apoiar mulheres em situações de vulnerabilidade — seja física, social, econômica ou emocional. Iniciativas como as plataformas mencionadas neste estudo — *Wanna Talk About It*, Instituto Maria da Penha, Programa Mulher Segura e Mapa do Acolhimento — trazem uma nova perspectiva para a sociedade, destacando não apenas a existência do problema, mas também que a sociedade está reunindo esforços coletivos para solucioná-lo, e, mais importante ainda, que as mulheres vítimas estão sendo acolhidas.

A partir do momento em que as plataformas de acolhimento existem, é essencial se pensar o papel da mulher, que está no centro da problemática, e como ela pode e deve atuar na produção dessas interfaces digitais, não se colocando apenas como usuárias passivas dessas tecnologias, mas sim participantes ativas na concepção, desenvolvimento e implementação das soluções digitais que visam apoiá-las. É fundamental que as experiências e perspectivas das mulheres sejam incorporadas desde o início do processo de design, garantindo que as plataformas reflitam suas vozes e realidades de maneira autêntica e inclusiva, promovendo uma verdadeira transformação social na luta contra a violência e igualdade de gênero.

No entanto, embora produzidas por mulheres, as interfaces e interações muitas vezes refletem normas dominantes que podem ser normativas, machistas e misóginas. Disciplinas como acessibilidade e IHC (Interação Humano-Computador) frequentemente reproduzem essas normatividades. Para analisar e explorar outras possibilidades além da norma, precisamos também expandir as categorias e os modos de produção das interfaces e experiências, podendo refletir sobre como projetar dentro delas, ou seja, projetar a partir de uma perspectiva de IHC feminista, a qual o projeto é feito pensado em pessoa de acordo com as suas necessidades. Ao entendermos como projetar de forma inclusiva e sensível às diversidades, podemos realmente produzir experiências e interfaces não normativas, voltadas para uma perspectiva de luta, resistência e subversão, contra as estruturas de opressão de gênero.

As categorias criadas a partir dos estudos de Bardzell (2010), Aguiar (2022) e Joly (1996) introduzem uma perspectiva crítica essencial para a produção de interfaces e interações. O design deve adaptar-se às pessoas e não ao contrário (NORMAN, 1988). Embora a usabilidade seja crucial, não devemos nos limitar a uma padronização universal sistemática. Ao contrário, é fundamental considerar as diferentes experiências e contextos de pessoas durante o processo de design, garantindo que as interfaces sejam verdadeiramente inclusivas e sensíveis às diferentes realidades e demandas de pessoas que são diversas.

Reforçamos ainda, como continuidade desse estudo aos aspectos mais ampliados da teoria feminista no Design de Interação, que é importante refletir a partir dos marcadores - de gênero, raça, etnia, classe social, econômica, envolvendo a integração de princípios feministas no processo de design, considerando aspectos de inclusão, equidade e empoderamento.

## Referências

- AGUIAR, Camila Martins de Jesus. **A interação humano-computador nos serviços públicos digitais brasileiros sob a perspectiva feminista**. 2023.
- BABY REINDEER. Netflix, 2024. **Episódio 4**. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BAJARIA, Bela. Head of Global TV. **Você Quer Conversar?**, 12 nov. 2020. Disponível em: [https://about.netflix.com/pt\\_br/news/wanna-talk-about-it](https://about.netflix.com/pt_br/news/wanna-talk-about-it). Acesso em: 17 jun. 2024.

BARDZELL, Shaowen. **Feminist HCI: taking stock and outlining an agenda for design**. CHI 2010: HCI for All. April 1-15, 2010, Atlanta, GA, USA. Disponível em: <https://wtf.tw/ref/bardzell.pdf>. Acesso em 25 jun. 2024.

BARDZELL, Shaowen. BARDZELL, Jeffrey. **Towards a feminist HCI methodology: social science, feminism, and HCI**. Atlanta, 2011.

BORTOLÁS, Natália Ordobás; VIEIRA, Milton Luiz Horn. **Uma abordagem sobre os conceitos de interatividade e sua relação com o design**. Arcos Design, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 81–101, 2014. DOI: 10.12957/arcosdesign.2013.9996. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/9996>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BUENO, S., MARTINS, J., BRANDÃO, J., SOBRAL, I., LAGRECA, A. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil** - 4ª edição. 2023

CARPES, Gyance. **As redes: evolução, tipos e papel na sociedade contemporânea**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 199-216, jan./jun. 2011.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1 a Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FISCHER, Heloisa. **Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania**. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018.

GERBNER, George. **A Critical Introduction to Media and Communication Theory**. Em: Media and Communication Series: A Critical Introduction to Media and Communication Theory, Volume 3. Nova Iorque: Peter Verlag, 2011.

NORMAN, Don. **Design Emocional: Por Que Adoramos (ou Detestamos) os Objetos do Dia-a-Dia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

NORMAN, Don. **Design do dia a dia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/institutomariadapenha/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

LUPTON, Ellen. **Design Is Storytelling**. Cooper Hewitt, Smithsonian Design Museum, 2017.

O GLOBO. **Uma mulher é vítima de violência a cada três horas, aponta pesquisa realizada em oito estados**. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/07/uma-mulher-e-vitima-de-violencia-a-cada-tre-s-horas-aponta-pesquisa-realizada-em-oito-estados.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PICELLI, Emília Christie Sanches; BUENO, Juliana. **Uso da linguagem simples como prática no design da informação e design inclusivo.** Disponível em: <<https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9786555502312/14.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

REDE LINGUAGEM SIMPLES BRASIL. **O que é linguagem simples?** 2022. Disponível em: <https://redelinguagensimpl.editorx.io/rede-linguagem-br>. Acesso em: 04 jul. 2024.

RESULTADOS DIGITAIS. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais.** Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jenny. **Design de Interação: além da interação humano-computador.** (Interaction Design: beyond human-computer interaction). 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SCHRIVER, Karen. **Plain language in the US gains momentum: 1940-2015.** IEEE Transactions in Professional Communication, v. 60, n. 4, p. 343-383, dez., 2017.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Programa Mulher Segura Paraná.** Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Pagina/promusp>. Acesso em: 17 jun. 2024

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Operação Mulher Segura: Ciclo de palestras promove conscientização e empoderamento em combate à violência doméstica.** Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Operacao-Mulher-Segura-Ciclo-de-Palestras-Promove-Conscientizacao-e-Empoderamento-em>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Claudia Bordin Rodrigues da. **Consciência e ação em design de interação: recursos e práticas educacionais abertas para o esperarçar.** 2019. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Sofia Vitória Thomé da Cruz. **Design gráfico e amamentação: análise de campanhas publicitárias de amamentação do SUS no período de 2013-2019.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

TECNOBLOG. **Netflix e Spotify dominam streaming no Brasil; Globoplay é segundo mais assistido.** Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/netflix-e-spotify-dominam-streaming-no-brasil-globoplay-e-segundo-mais-assistido/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

TELES, M. A. A.; MELO, M. (2002). **O que é Violência Contra a Mulher**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 2002

WANNA TALK ABOUT IT. Disponível em: <https://www.wannatalkaboutit.com/br>. Acesso em: 17 jun. 2024.